

## AS AVALIAÇÕES EXTERNAS MINEIRAS: CONTEXTO DE POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO

**Margareth Conceição Pereira – UFJF**  
margocpereira@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho apresenta discussão acerca das avaliações sistêmicas no estado de Minas Gerais: PAAE e PROEB/SIMAVE. O uso feito dos resultados dessas avaliações transcende as proposições para as avaliações sistêmicas com incentivo salarial e ingresso e manutenção de escolas em projetos. Todo esse movimento gera auto-responsabilização dos professores e corroboram para uma padronização favorável às políticas de *accountability*.

**Palavras chave:** Accountability; avaliação sistêmica; trabalho docente

### INTRODUÇÃO

Este trabalho, que é parte de uma pesquisa de Doutorado em Educação, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria da Assunção Calderano, na UFJF, se propõe a iniciar uma discussão acerca dos usos das avaliações e impacto das mesmas para escolas e professores do sistema educacional estadual mineiro. Para isso serão utilizados resultados parciais de pesquisa no Mestrado em Educação da UFJF e resultados de pesquisa documental acerca das políticas educacionais mineiras envolvidas. Subsidiarão as análises autores que versam sobre os impactos das políticas educacionais nas relações no trabalho docente, na qualidade da educação e sobre políticas de *accountability* como Dalila Andrade Oliveira, Alícia Bonamino, e Nigel Brooke.

As avaliações externas estão cada vez mais presentes nos espaços educacionais. Avaliações nacionais já acontecem desde os anos 90 no Brasil. Essa realidade tem suscitado interesse crescente nos sistemas educacionais brasileiros em consonância com o que vem acontecendo em outros países (FONTANIVE & KLEIN, 2000; BROOKE, 2006; BONAMINO & FRANCO, 1999). A importância dada a essas avaliações ocorre na "*busca de indicadores de impactos nos sistemas educativos*" (FONTANIVE; KLEIN, 2000, p.410) e como capazes de ajudar a entender a educação brasileira (BONAMINO & FRANCO, 1999).

As avaliações surgem num contexto mundial como uma busca de "equiparação" da qualidade, com proposição de metas que já são realidade em países desenvolvidos como Inglaterra e Estados Unidos e que passam a ser a perspectiva de países como o Brasil. A concretização dessas avaliações se dá, no Brasil, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que hoje compartilha espaço com as avaliações estaduais, que segundo o documento oficial do Plano Nacional de Educação em relação ao ensino

fundamental, o complementam. (RIBEIRO, 2002, p.136) Com isso, estão presentes nas políticas de diversos estados brasileiros como Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul; São Paulo, Tocantins. Essas avaliações, no entanto, transcendem os objetivos postos aos resultados das avaliações sistêmicas, podendo ter impacto, nem sempre positivo, no trabalho docente. O que se torna importante trazer para discussão neste trabalho sobre o contexto mineiro.

Como abordagem inicial será feito breve histórico de políticas educacionais mineiras, configurando padronizações que apontam para a possibilidade de políticas de responsabilização ou *accountability*. Num segundo momento estão presentes discussões de autores que relacionam as avaliações ao trabalho docente e por fim, surgem as considerações finais como proposição de continuidade nas discussões por hora iniciadas.

## O PROJETO ESCOLAS-REFERÊNCIA, AS AVALIAÇÕES DO SIMAVE E OUTRAS POLÍTICAS QUE CONTRIBUEM PARA A RESPONSABILIZAÇÃO

A pertinência de abordar o Projeto Escolas-Referência (Projeto ER) neste trabalho se dá no sentido de que as avaliações externas do sistema mineiro foram utilizadas como forma de ingresso de escolas para serem Escolas-Referência (ER). Também por conta dos diversos elementos presentes nessa política que estão interligados ao universo avaliativo, como o projeto piloto do Programa de Avaliação da Aprendizagem (PAAE) e a implementação do Conteúdo Básico Comum (CBC) das diferentes disciplinas pelas escolas mineiras.

O Projeto ER foi tema de pesquisa de mestrado, cujos recortes serão apresentados de forma breve neste texto, mas que podem ser vistos de maneira mais detalhada em Pereira (2008). Trata-se de uma política mineira cuja implantação se deu a partir do ano de 2003, incorporando, inicialmente, 200 escolas da rede estadual, estendendo posteriormente para 220 e tendo atualmente mais de 580 escolas envolvidas. Seu principal objetivo é a “*reconstrução da excelência na escola pública*”, promovendo: “*o desenvolvimento pedagógico e institucional da escola*” por meio do Plano de Desenvolvimento Profissional e Institucional (PDPI); “*o desenvolvimento da gestão da educação escolar*” com o Projeto de Capacitação a Distância para Gestores Escolares - Progestão; “*o desenvolvimento profissional dos educadores*” com a implementação do Projeto de Desenvolvimento Profissional (PDP); “*o desenvolvimento da solidariedade e da cultura do trabalho colaborativo na rede de ensino*” pressupostamente ativado por meio da rede de interação integrante do Centro de Referência Virtual do Professor (CRV). A instituição da elaboração desses objetivos tem como foco

central, auxiliar prioritariamente as ER, através de específico apoio às mesmas (MINAS GERAIS, 2004a, p.21-33).

Para a escolha a escolha das 200 ER ingressantes em 2003, a SEE-MG procurou identificar e apoiar escolas que se destacavam em sua comunidade, ou pelo trabalho que realizavam ou por sua tradição ou pelo número de educandos nos Ensinos Fundamental e Médio, visando a torná-las focos irradiadores da melhoria da educação no Estado. Considerou-se também a postura voluntária das escolas em fazer parte do projeto (MINAS GERAIS, 2004c, p.4-5). Em momento posterior ingressaram 20 novas escolas no Projeto. Ao final de 2007 e início de 2008 o número de ER ampliou de 220 para 581 escolas, entre antigas e ingressantes. Esse novo ingresso incorporou escolas com novos perfis, a partir de outros critérios, distintos daqueles utilizados na fase inicial. Um desses novos critérios foi o resultado no Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) de 2006. Algumas escolas foram convidadas a participar do Projeto ER de acordo com seus desempenhos na referida prova.

Esse movimento no Projeto ER interessa nas discussões propostas neste trabalho, uma vez que viabiliza análises da lógica imposta pela política no contexto escolar e no trabalho docente. Essa política apresenta diversos elementos que confluem para adequação à implantação de políticas de responsabilização. Destaca-se, dentre eles, a presença do Conteúdo Básico Comum (CBC) - parte da proposta curricular presente no Projeto - cuja obrigatoriedade a todas as escolas da rede estadual mineira está regulamentada pela Resolução 666 de 07 de abril de 2005. Ainda, o vínculo do CBC à Matriz Curricular das provas do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE). Entretanto as proposições do Projeto ER sozinhas não configuram adequação do universo do sistema mineiro para a responsabilização. Existem outras políticas adotadas no Estado que complementam tais proposições, diminuindo as diversidades e confluindo para uma padronização no sistema mineiro.

Na política mineira existe um movimento no sentido de envolver e compensar o professor pelo trabalho com o CBC. Na apresentação do CBC de todas as disciplinas, de Ensino Fundamental e Médio, faz-se saber que eles serão base para a avaliação das escolas, professores e para proposição de metas com o fim de melhorar o desempenho das escolas da rede estadual mineira (MINAS GERAIS, 2005e, p.4). Essa informação é significativa, pois tem relação com as avaliações de rendimento a que as escolas estaduais estão sendo sujeitadas. A SEE-MG faz uso dos resultados das escolas nas avaliações do SIMAVE,

vinculando-os às políticas destinadas à educação. Atentemo-nos, com isso, para um possível ranqueamento entre as escolas, derivado da forma como têm sido utilizadas as avaliações.

Além da obrigatoriedade, outras políticas contribuem para a implementação do CBC, como o já destacado anteriormente uso do CBC na Matriz de Referência do SIMAVE. O SIMAVE é composto por três diferentes programas: o PROALFA, o PROEB e PAAE. O Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) tem por finalidade verificar os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos do 3º ano e 4º ano do Ensino Fundamental. O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) é um programa que avalia alunos do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. O Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) é aplicado nas primeiras séries do Ensino Médio. São três momentos avaliativos do PAAE no decorrer do ano letivo. As avaliações são disponibilizadas para as escolas, sob responsabilidade dos gestores e aplicadas por equipe da própria escola, envolvendo professores, especialistas e direção. Os professores das respectivas disciplinas avaliadas também resolvem a prova e postam seus gabaritos individuais em espaço específico no site da SEE-MG. Cada professor fica responsável ainda por fazer a compilação das escolhas dos alunos em relação a cada alternativa (a, b, c, d, nenhuma), por questão, e pela postagem dos resultados já compilados, por turma, no site da Secretaria. Os gabaritos oficiais só são divulgados após a finalização dos prazos de postagem dos resultados pelas instituições.

Outra política que permeia o universo de padronização é o “incentivo salarial ou prêmio de produtividade” recebido pelos professores da rede estadual mineira, que tem sido condicionado ao desempenho dos profissionais das escolas. Esse incentivo salarial foi popularmente apelidado de “14º salário”, apesar de não configurar mais um salário integral para cada professor, supervisor, coordenador e/ou direção das escolas. O valor pago a cada servidor tem relação com os dias de efetivo exercício e percentual atingido pela escola, podendo ser pago uma vez por ano, desde que não haja *déficit* fiscal no Estado. (MINAS GERAIS, 2008e). Em 2008 foram analisados os resultados de cada superintendência, com todo seu conjunto de escolas. O percentual destinado a cada superintendência serviu de parâmetro para pagamento dos profissionais de todas as escolas, independente dos seus resultados individuais. A proposição da Secretaria, no entanto, é de que a partir de 2009 cada escola receba o incentivo de acordo com o resultado da instituição. Com isso, para obterem melhores resultados as escolas precisam elaborar seus planos de Intervenção Pedagógica em busca do cumprimento das metas estabelecidas para o ano letivo corrente.

Outro fator, não menos importante que o anterior, trazido para compor o quadro ao qual se refere da formação de um ambiente, no contexto das políticas mineiras, para a instauração de políticas de responsabilização, diz respeito às efetivações de professores não concursados. Para ingresso em 2008, assegurado pelo decreto nº 44.674 que regulamenta a Lei 100, de 5 de novembro de 2007, foram efetivados professores das diversas disciplinas que atuaram no ano anterior, sem concurso público para provimento dos cargos. Esse pode ser um ato de respeito às condições de trabalho dos professores designados, que ano a ano mudam de escola de acordo com as vagas oferecidas. Mas, no entanto, percebe-se a busca por uma organização no sistema que favoreça a padronização, com um quadro de professores mais estável, propício às políticas implantadas.

Nigel Brooke (2006) fala da criação dos PCN, do FUNDEF, SAEB e Prova Brasil, podendo ser interpretados como “*tentativa de atenuar a grande diversidade de padrões e de garantir os níveis mínimos de qualidade previstos na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*” (p.385). Essa interpretação também pode ser feita das políticas adotadas no sistema mineiro, em busca de uma padronização favorável às políticas avaliativas.

## AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E A RESPONSABILIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Visando ao atingimento das metas surgem diversas ações nos contextos escolares que transcendem as intenções postas com a aplicação de avaliações externas como previsto para o SAEB, por exemplo, que é “*aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de primeiro grau e prover informações para avaliação e revisão de planos e programas de qualificação educacional.*” (BRASIL, 1993, p. 59). A presença deste amplo universo de avaliações nos espaços escolares pressupõe que esteja sendo imposta nova lógica no trabalho docente, no cotidiano escolar, podendo soar como legitimadoras de práticas que se quer determinar nas escolas. Ribeiro (2002) aborda a dimensão que toma avaliações como o SAEB, com repercussão no cotidiano escolar e no trabalho docente:

Segundo os mentores desse sistema, pressupõe-se uma permanente retomada de suas questões norteadoras, tendo em vista as demandas cada vez mais complexas da avaliação educacional, uma das mais significativas entre essas questões. Destacam a utilização que se faz do sistema, orientando, por meio deles, as políticas nacionais, a definição de projetos pedagógicos de secretarias de educação e das escolas, e o próprio cotidiano do professor. Acreditam que no bojo da avaliação está implícito o que deveria ser ensinado. E isso é notório quando se difunde, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Matriz

Similarmente, no universo mineiro, a Matriz de Referência para as avaliações do SIMAVE é pautada no CBC, assegurando sua implementação por parte das escolas. Tanto o PROEB como o PAAE são pautados no CBC. Merece atenção ainda, em relação ao PAAE, a presença de grande número de avaliações, uma vez que submete a escola a pelo menos três intervenções por ano.

De acordo com a pesquisa de Anízio Bragança Júnior (2008), para cada momento de avaliação do PAAE a escola tem que dispender uma semana inteira para aplicação das provas. Por envolver praticamente todas as disciplinas e cada avaliação conter em média 30 questões, totaliza-se pelo menos três semanas por ano por conta da aplicação dessa avaliação, em específico. O impacto imediato para a escola, no entanto, não se limita ao tempo. Os relatos evidenciam a existência de escolas em que até os alunos são envolvidos para tabulação dos resultados das avaliações e posterior lançamento dos dados na internet. Isso reforça o aumento de demanda de trabalho para o professor em função das avaliações, o que já mereceu discussões em Oliveira (2007).

Outro destaque na pesquisa de Bragança Júnior (2008) que nos ajuda a compreender o impacto das avaliações em contextos escolares se dá a partir dos relatos de professores, especialistas e alunos. O autor evidencia que nas “*escolas, há dificuldade em enxergar o aproveitamento e a validade da avaliação*”. No relato dos professores destaca-se a presença da falta de compreensão dos objetivos das provas; no relato de professores e especialistas indicativos de confusão do PAAE com outras avaliações a que as escolas são submetidas, como o PROEB; no relato dos alunos está presente o questionamento por não terem resultados dessas avaliações, não saberem por que e para que as fazem e depoimentos de desinteresse na hora de fazê-las. (BRAGANÇA JÚNIOR, 2008, p. 7-12).

Percebe-se um movimento das escolas e professores em busca de êxito nas diversas avaliações propostas no estado de Minas Gerais, numa tentativa de adequação local às demandas globais. Esse contexto gera ainda uma sensação de auto-responsabilização dos professores pelos resultados dos alunos e escolas. Essa demanda de avaliações juntamente com o Projeto ER e outras políticas educacionais são padronizações no sistema mineiro que apontam para políticas de responsabilização ou *accountability* acontecendo no Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciaram-se, ao longo do texto, algumas vivências das escolas em função das avaliações externas e sua ligação com outras políticas educacionais como o Projeto ER. As ER receberam e continuam recebendo investimentos específicos, tendo prioridade na implantação dos laboratórios e outras melhorias em detrimento das demais escolas que não fazem parte do projeto e recebendo verba para desenvolvimento da proposta de seus Grupos de Desenvolvimento Profissional (GDP). A título de ilustração vale mencionar que esses grupos mereceram verba anual equivalente a 6 mil reais por GDP, em 2009, podendo cada ER ter mais de um GDP aprovado (MINAS GERAIS, 2008C). Questiona-se a partir das proposições anteriores até que ponto o Projeto ER tem se aproximado de seus objetivos de “resgatar a qualidade da educação”, oferecendo subsídios e incentivos a apenas uma parte das escolas públicas estaduais mineiras. E as outras escolas? Não seria essa uma forma de viabilizar melhorias das condições do trabalho dos docentes das outras escolas também? Não seria essa uma possível estratégia de investir nessas escolas que apresentam piores resultados e indicam a necessidade de intervenção positiva nos seus espaços? Ao seccionar/selecionar um número restrito de escolas para participar do Projeto a Secretaria, mesmo que não seja de forma intencional, não estaria promovendo um aumento nas disparidades já vivenciadas pelas escolas da rede? E os princípios democráticos, a qualidade, a equidade, como ficam? Segundo Klein (2006, p.140) as políticas implementadas *"também precisam ser avaliadas para verificar sua eficácia e se há necessidade de mudanças"*. Bonamino e Franco (1999) destacam a importância na continuidade nas políticas educacionais e a importância das avaliações na compreensão do que acontece no universo educacional. *“Também, os resultados da avaliação devem ser analisados como indicadores para análise do papel e da função desempenhados pelas instâncias governamentais, na construção de uma educação de qualidade para toda a população.”* (SOUSA, 2003, p.188).

Ilustrou-se um pouco do que tem permeado os contextos escolares mineiros em termos das avaliações, os possíveis impactos para alunos, professores, especialistas e diretores. Para os professores percebeu-se o aumento no trabalho docente com aumento de demanda, o que se repete em função das atribuições de especialistas e gestores, já para os alunos, identificou-se a existência de uma grande quantidade de avaliações a que são submetidos, em que em muitas delas não conseguem perceber suas finalidades.

Segundo Oliveira (2007)

O desempenho dos alunos passa a ser algo exaustivamente mensurado, avaliado sistematicamente por instrumentos que **não são elaborados no contexto escolar**. Da mesma maneira, são muitas as demandas que chegam a esses trabalhadores como provas e exigências de sua competência em conseguir responder às prescrições de ordem orçamentária, jurídica, pedagógica e política. (OLIVEIRA, 2007, p.368-369)

A autora destaca a intensificação do trabalho docente e a responsabilização gerada pelas novas demandas estabelecidas pelas políticas educacionais vigentes, levando professores a se sentirem “*auto-responsabilizados por suas tarefas, seu desempenho, sua formação e atualização e até mesmo pelo sucesso ou fracasso do aluno ou da escola*” (OLIVEIRA, 2007, p.357). É uma nova lógica sendo imposta nos contextos escolares, que não garante a obtenção de melhorias na qualidade da educação oferecida.

Teve-se como intuito com as abordagens feitas neste trabalho, evidenciar elementos que caracterizam a política de responsabilização na educação mineira, bem como refletir sobre eles. Identificou-se que a presença de políticas como o CBC; a intensidade de avaliações e seus usos como critério de ingresso no Projeto ER – com conseqüente recebimento diferenciado de verba; o incentivo salarial e a efetivação de professores sem concurso contribuem para uma padronização favorável às políticas de responsabilização. Dentro desse universo, percebeu-se que cada vez mais os professores são envolvidos nas ações para garantir a implementação das políticas propostas, num movimento de responsabilização dos mesmos nesse processo.

A proposta neste trabalho, no entanto, não foi depor contra a existência das avaliações externas, tampouco negligenciar sua relevância na proposição e avaliação de políticas públicas educacionais, em busca de uma educação democrática, pública e de qualidade. Preocupou-se nas discussões apresentadas, no sentido do que destaca Belloni (2000), evidenciar a função da avaliação, contribuindo para a transformação da sociedade:

é possível desenvolver uma sistemática de avaliação que vise o aperfeiçoamento da qualidade da educação – isto é, do ensino, da aprendizagem, da pesquisa e da gestão institucional – com a finalidade de transformar a escola atual em uma instituição voltada para e comprometida com a democracia do conhecimento e da educação, assim como a transformação da sociedade. Este é o papel ou função social da avaliação e é necessário aprender como implementá-la. (BELLONI, 2000 p. 186 apud RIBEIRO, 2002, p.132-133)

É interesse com o presente trabalho possibilitar a permanência das discussões acerca das avaliações nos universos das pesquisas educacionais, para que haja preocupação e monitoramento de suas reais funções, para não favorecer seu uso indevido e o ranqueamento



entre escolas, o que não contribui para seu crescimento, e sim para discriminação de escolas, alunos e professores. A forma de divulgação dos resultados e o uso feito dos mesmos podem contribuir para o ranqueamento e consequente valorização dos resultados, culminando numa “preparação do aluno para a prova”, negligenciando as funções da escola na formação dos indivíduos. Deixando ainda, em segundo plano, ações que devem ser executadas conjuntamente em busca de melhores condições para as escolas, e consequentemente, para a educação como todo, como a melhoria da infraestrutura, condições de trabalho, o pedagógico, as capacitações dos professores e gestores, dentre outras.

## **REFERÊNCIAS**

BONAMINO, A. M. C.; MARTINEZ, Silvia. Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do Estado. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 80, p. 371-388, 2002.

BONAMINO, A. M. C.; FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 01, p. 30-34, 1999.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.128, p.377-401, maio/ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF, 1993. p. 59-76.

CALDERANO, Maria da Assunção (coord). **Análise dos Resultados obtidos na Prova realizada pelos Gestores das Escolas Estaduais de Minas Gerais – PROGESTÃO**. Relatório Técnico, 2009, 257p.

FONTANIVE; Nilma Santos; KLEIN, Ruben. Uma visão sobre o Sistema de Avaliação Básica do Brasil - SAEB. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. vol. 8, n.29, p.409-439, abr./jun. 2000.

KLEIN, Ruben. Como está a educação no Brasil? O que fazer?. **Ensaio: Avaliação e Políticas em Educação**, vol.14, no.51, p.139-171, abr./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Utilização da Teoria da Resposta ao Item no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. **Ensaio: Avaliação e Políticas em Educação**. v.11, n.40, p.283-296.

MINAS GERAIS, SEE –**SIMAVE / PAEE**. Disponível em:

[http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/INDEX.ASP?token=DB39AABA-C31E-4416-ADFE-](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/INDEX.ASP?token=DB39AABA-C31E-4416-ADFE-)

[0ED5D370FA3B&usr=pub&ID\\_OBJETO=23967&ID\\_PAI=23967&AREA=AREA&P=T&id\\_projeto=27](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/INDEX.ASP?token=DB39AABA-C31E-4416-ADFE-0ED5D370FA3B&usr=pub&ID_OBJETO=23967&ID_PAI=23967&AREA=AREA&P=T&id_projeto=27) Acesso em: 30 abr.2009

\_\_\_\_\_. **Conteúdo Básico Comum (CBC) de Matemática no Ensino Fundamental da 5ª a 8ª Séries.** Disponível em:

<[http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/banco\\_objetos\\_crv/{A5BEEC31-4A49-4F7D-91D8-8A8891526D68}\\_CBC%20Matematica%20EF.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/{A5BEEC31-4A49-4F7D-91D8-8A8891526D68}_CBC%20Matematica%20EF.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2008a.

\_\_\_\_\_. **Encontro Estadual faz balanço do Projeto Escolas-Referência.** Disponível em:

<[http://www.educacao.mg.gov.br/noticia/noticia.asp?format=show\\_news&newsID=572](http://www.educacao.mg.gov.br/noticia/noticia.asp?format=show_news&newsID=572)> Acesso em: 15 jan.2008b.

\_\_\_\_\_. **Processo de seleção SEE-MG.** Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP).

No. 01/2008. Disponível em:

[www.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2620](http://www.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2620) - Acesso em: 30 abr.2009. 2008c.

\_\_\_\_\_. **Histórico PROJER a redação final - 28-12-2008d**

\_\_\_\_\_. **Imprensa Oficial de Minas Gerais.** Produtividade vale prêmio ao servidor. Fonte:

[http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema\\_crv/index.asp?id\\_projeto=27&ID\\_OBJETO=69010&ti po=ob&cp=000000&cb](http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&ID_OBJETO=69010&ti po=ob&cp=000000&cb). Acesso em 20 de agosto de 2008. 2008e

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 44.873, de 14 de agosto de 2008.** 2008f

\_\_\_\_\_. **Manual dos Grupos de Desenvolvimento Profissional – PDP.** 2005a.

\_\_\_\_\_. **Módulo 1: Educação em tempo de mudanças.** 2005b.

\_\_\_\_\_. **Módulo 2: O planejamento do ensino.** 2005c.

\_\_\_\_\_. **Módulo 3: Organizando as condições de ensino: recursos e métodos.** 2005d.

\_\_\_\_\_. **Proposta curricular de Matemática.** Educação Básica - 2005. Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) 2005e.

\_\_\_\_\_. **Proposta curricular de Matemática.** Educação Básica -2005. Ensino Médio. 2005f.

\_\_\_\_\_. **Projeto Escolas-Referência – A reconstrução da excelência na escola pública:** 2004a.

\_\_\_\_\_. **Projeto Escolas-Referência – A reconstrução da excelência na escola pública:** Manual de inscrição. 2004b.

\_\_\_\_\_. **Projeto Escolas-Referência - Guia de Estudos: Roteiro de Estudo das Propostas e Orientações Curriculares.** 2004c.

\_\_\_\_\_. **Projeto Escolas-Referência – Projeto de Capacitação a Distância para Gestores Escolares – PROGESTÃO.** 2004d.

\_\_\_\_\_. **Projeto Escolas-Referência - Projeto de Desenvolvimento Profissional de Educadores – PDP: Manual de Orientação.** 2004e.

MINAS GERAIS. **Projeto Escolas-Referência** - Projeto de Desenvolvimento Profissional de Educadores – PDP: Manual do Coordenador. 2004f.

\_\_\_\_\_. **Projeto Escolas-Referência - Proposta curricular de Matemática**. Ensino Fundamental 5ª a 8ª série e Ensino Médio. 2004g.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação e Sociedade**, vol. 28, n.99, p.355-375, maio/ago. 2007.

PEREIRA, Margareth Conceição Pereira. **O currículo no Projeto Escolas-Referência de Minas Gerais: como a matemática chega a uma sala de aula**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2008.

RIBEIRO, Benvinda B. Dourado. A função social da avaliação escolar e as políticas de avaliação da educação básica no Brasil nos anos 90: Breves considerações. **Inter-ação** (Goiânia), Goiânia, v. 27, p. 127-142, 2002.

SOUSA, Sandra. M. Zákia L. Possíveis impactos das políticas no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n.119, p. 175-190, julho/2003.